

14 cópias

## COLEÇÃO O HOMEM E A HISTÓRIA

- Braudel, F.* — O Espaço e a História no Mediterrâneo  
*Braudel, F.* — Os Homens e a Herança no Mediterrâneo  
*Duby, G.* — A Europa na Idade Média  
*Wolff, P.* — Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?  
*Ferro, M.* — A História Vigida  
*Finley, M. I.* — Uso e Abuso da História  
*Finley, M. I.* — Economia e Sociedade na Grécia Antiga  
*Braudel, F.* — Gramática das Civilizações  
*Duby, G.* — A Sociedade Cavaleiresca  
*Duby, G.* — São Bernardo e a Arte Cisterciense  
*Le Goff, J.* — A História Nova  
*Duby, G.* — Senhores e Camponeses  
*Dalarun, J.* — Amor e Celibato na Igreja Medieval  
*Finley, M. I.* — Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica  
*Finley, M. I.* — Aspectos da Antiguidade  
*Grimal, P.* — O Amor em Roma  
*Mazzarino, S.* — O Fim do Mundo Antigo  
*Hunt, L.* — A Nova História Cultural  
*Hill, C.* — Origens Intelectuais da Revolução Inglesa  
*Grimal, P.* — Virgílio ou o Segundo Nascimento de Roma  
*Braudel, F.* — Reflexões sobre a História  
*Le Goff, J.* — O Apogeu da Cidade Medieval  
*Daumard, A.* — Os Burgueses e a Burguesia na França  
*Kappler, C.* — Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média  
*Weber, M.* — História Agrária Romana  
*Finley, M. I.* — História Antiga

### *Próximos lançamentos:*

- Robert, J.-N.* — Os Prazeres em Roma  
*D'Haucourt, G.* — A Vida na Idade Média

M. I. FINLEY

# HISTÓRIA ANTIGA

TESTEMUNHOS E MODELOS

TRADUÇÃO  
VALTER LELLIS SIQUEIRA

**Martins Fontes**

São Paulo — 1994

riografia tenha perdido seu sentido, que uma “nova noção” do desenvolvimento humano tenha deixado, na prática atual, “pouco espaço para as meras descrições do passado”<sup>10</sup>. Não posso concordar quando, por exemplo, o autor de um vasto “ensaio sobre a interpretação histórica” dos imperadores romanos se vangloria de não “ter contaminado a apresentação dos vestígios do Império Romano com concepções advindas de estudos sociológicos mais amplos”<sup>11</sup>. Isso é uma fórmula para o que Momigliano chamou de “mentalidade de antiquário, com seu gosto pela classificação e pelos detalhes irrelevantes”. Uma interpretação histórica é um complexo de respostas a perguntas. Os indícios não propõem qualquer pergunta. É o próprio historiador que o faz, e ele hoje possui um arsenal adequado de conceitos para o estabelecimento de hipóteses e modelos explicativos.

## II

O ESTUDIOSO DA HISTÓRIA  
ANTIGA E SUAS FONTES<sup>1</sup>

Em uma descrição dos testemunhos da história da organização social da Mesopotâmia, Joan Oates introduz sua segunda parte, que se inicia aproximadamente em 3100 a.C., com uma afirmativa simples: “Nosso conhecimento da estrutura social da Mesopotâmia aumenta exponencialmente com a invenção da escrita.”<sup>2</sup> Qualquer pessoa não envolvida nesse tipo de estudo sente como que um choque ao descobrir que esse aumento exponencial de informações não é inequivocamente bem-vindo, pelo menos não nas duas últimas décadas, depois do surgimento da “nova arqueologia”. Longe vão os bons tempos em que os historiadores da Antiguidade (fosse ela do Oriente Médio ou greco-romana) podiam relegar a arqueologia à condição de atividade subsidiária de menor importância, que fornecia informações pitorescas sobre a vida privada, e de arte de adornar a história “real” obtida a partir dos testemunhos escritos. O estudioso de história antiga de hoje tem de aceitar o fato de que seu arsenal inclui tipos qualitativamente diferentes de testemunhos, que amiúde parecem mutuamente contraditórios ou, no mínimo, não inter-relacionados.

O que fazer? Creio que a natureza e os usos dos testemunhos referentes à Antiguidade têm sido debatidos de maneira mais ampla e determinada atualmente que em qualquer época anterior, como, digamos, os dias de Boeckh e Niebuhr, no início do século XIX. Isso, em parte, é consequência do aumento exponencial da quantidade de informações arqueológicas disponíveis e da quantidade de publicações sobre a história antiga; em parte, isso também reflete novas abordagens do estudo da história, novos interesses e a formulação de novas questões. Em princípio, essa discussão é muito bem-vinda, embora, na prática, grande parte dela soe como uma disputa entre sindicatos pela demarcação do terreno de atuação.

Começo por uma posição tão elementar, que beira o lugar-comum. Segundo Momigliano, ao escrever sobre as fontes literárias, mas não documentais, “todo o método moderno de pesquisa histórica fundamenta-se na distinção entre autoridades originais ou derivadas... Louvamos as autoridades originais — ou fontes — por serem confiáveis, mas louvamos os historiadores não contemporâneos — ou autoridades derivadas — por emitirem sólidos julgamentos na interpretação e avaliação das fontes originais. Essa distinção... tornou-se patrimônio comum da pesquisa histórica somente no final do século XVII”<sup>3</sup>.

A última parte dessa afirmativa é de extrema importância: não foram só os historiadores medievais e os historiadores modernos anteriores ao século XVIII que dedicaram pouca atenção à distinção entre fontes primárias e derivadas; os historiadores da Antiguidade também o fizeram. Poucos deles, notoriamente Heródoto e Tucídides, fizeram distinção entre testemunhas oculares, que pudessem ser cuidadosamente interrogadas, e todo o testemunho posterior, que está além desse controle pessoal<sup>4</sup>, mas não conseguiram desenvolver técnicas de crítica das fontes ou meios de se li-

dar de maneira satisfatória com as autoridades derivadas. É claro que qualquer idiota poderia ter feito uma distinção entre fontes primárias e secundárias, bem como entre um escritor criterioso e um charlatão; e a maioria dos historiadores da Antiguidade, mesmo os mais fracos, não era composta de idiotas. Entretanto, um Lívio ou um Plutarco escreveram de bom grado páginas e páginas a respeito de eventos passados, sobre os quais não tinham, ou não procuraram ter, qualquer controle. Algo mais que inteligência estava implícito nessa atitude, que, no final das contas, deve levar a uma noção radicalmente diferente da nossa quanto à natureza e o propósito do exercício histórico. Somente Tucídides reconheceu, de maneira total e sistemática, a existência de um dilema, que ele resolveu de maneira insatisfatória ao se recusar a dedicar qualquer atenção à história pré-contemporânea<sup>5</sup>.

O moderno estudioso da Antiguidade não pode simplesmente repetir a prática antiga. Não pode escrever uma história de Roma reelaborando em linguagem moderna o latim de Lívio, da mesma forma que este já havia parafraseado ou traduzido o grego de Políbio. O “patrimônio comum da pesquisa histórica” que surgiu no final do século XVII tornou esse procedimento inaceitável. Mas devemos acrescentar que esse patrimônio parece não interferir seriamente na prática de “resgatar” Lívio e outros antigos através da reescritura de seus relatos, em vez de apenas repeti-los ou parafraseá-los; uma reescritura que termina tacitamente por aceitar a veracidade essencial do original. Infelizmente, os dois mais longos relatos da história romana republicana, área em que os problemas se mostram atualmente mais agudos e acirradamente discutidos, as histórias de Lívio e de Dionísio de Halicarnasso, foram escritos cerca de 500 anos (em números muito arredondados) depois da data tradicionalmente atribuída à fundação da República, 200 anos

depois da derrota de Aníbal. Por mais que tentemos, não conseguiremos localizar qualquer de suas fontes escritas além de 300 a.C., a maioria delas não além da época de Mário e Sila. Entretanto, os primeiros séculos da República, e mesmo os séculos que imediatamente a antecederam, são narrados em detalhe por Lívio e Dionísio de Halicarnasso. Onde foram eles buscar suas informações? Não importa quantas afirmações antigas possamos documentar ou pressupor, independentemente de sua possível confiabilidade: no fim, acabamos defrontando com uma lacuna. Mas os escritores antigos, como os historiadores desde então, não toleravam as lacunas e preenchiam-nas de uma forma ou de outra, em última instância recorrendo à pura invenção.

A habilidade dos antigos em inventar e sua capacidade de acreditar são persistentemente subestimadas<sup>6</sup>. Uma vez que os estudiosos das antiguidades observaram que séculos haviam transcorrido entre a destruição de Tróia e a “fundação” de Roma, de que outra forma poderiam eles ter preenchido essas perturbadoras lacunas em seu conhecimento, senão através da invenção de uma lista de reis albanos para preencher esse lapso de tempo? Ou como podiam contestar um relato já existente, senão através da proposição de uma alternativa, por exemplo, proporcionando um apoio (ou uma hostilidade) ideológico a um determinado grupo étnico, tais como os etruscos ou os sabinos, que desempenharam um importante papel na primitiva história de Roma?<sup>7</sup> Não é de estranhar que, mesmo no estado irremediavelmente fragmentário do material sobre a primitiva Roma que conseguiu sobreviver, exista uma incrível variedade de versões, variedade que continuou a crescer e a se multiplicar até o início do Principado<sup>8</sup>.

Sem dúvida, hoje ninguém acredita que a lista de reis *albanos* seja mais que mera ficção, mas qualquer sugestão de que existam provas insuficientes que confirmem a lista

de reis *romanos* é saudada com gritos ultrajados de “hipercrítica” e “resquício de Ettore Pais”. Tais epítetos não correspondem à realidade. Para começar, um período de 250 anos ocupado continuamente por apenas sete reis é uma improbabilidade demográfica, talvez uma impossibilidade; os primeiros sete imperadores do Principado reinaram durante um total de cem anos. Portanto, concluir que o “único fato histórico” conhecido a respeito de Numa Pompílio, o segundo rei, é seu nome e que sua biografia não passa de “lenda” significa, efetivamente, remover da lista um dos sete. E assim por diante, quase *ad infinitum*. Padecemos de um mal incurável, a falta total e absoluta de fontes literárias básicas sobre a história de Roma até cerca de 300 a.C. e a existência de pouquíssimas relativas ao século seguinte. Desse mesmo mal padeciam Lívio e outros escritores romanos posteriores (sem considerarmos um punhado de documentos heterogêneos e amiúde ininteligíveis).

Isso é indiscutível enquanto simples problema de definição. Portanto, é uma estranha aberração o fato de um reputado historiador de Roma, ao escrever sobre os primitivos romanos e etruscos (até o ano de 390 a.C.) em uma série editada por um colega igualmente reputado, ter apresentado um apêndice com o título de “fontes primárias”, consistindo em breves esboços, de quatro a dez linhas cada, de uma dezena de autores, que vão cronologicamente de Timeu, cuja longa carreira se desenvolveu do final do século IV ao início do século III a.C., até Festo, que viveu por volta de 150 d.C.<sup>10</sup> Não consigo imaginar, nem como deslize, que um historiador que se dedique à Renascença possa compilar uma lista de fontes primárias contendo os nomes de John Addington Symonds, Burckhardt e Chabod. Suspeito que o deslize de Ogilvie reflete, sem dúvida inconscientemente, o sentimento generalizado de que qualquer coisa escrita em grego ou latim é como que privilegiada, isenta dos cânones normais de avaliação.

A insuficiência de fontes literárias primárias é uma praga persistente. Se ela assoma principalmente no estudo dos períodos arcaicos e mais ou menos pré-literários da história grega e romana, é apenas porque se trata de períodos para os quais o testemunho arqueológico costuma predominar nas discussões dos estudiosos. De fato, a falta de fontes literárias primárias perturba completamente a história grega depois da morte de Xenofonte, na metade do século IV a.C., toda a história do Oriente helenístico, importantes períodos da história da República Romana e do Principado, inclusive a maior parte da história das províncias romanas. Por exemplo, para o longo reinado de Augusto, as únicas fontes primárias, além de documentos, são a metade do livro da história ingênua e superficial de Veleio Patérculo, algumas cartas e discursos de Cícero referentes aos primeiros anos, o próprio relato de Augusto sobre sua intendência, o *Res gestae*, um modelo de falta de engenhosidade, e os poetas augustanos. O único relato sistemático que sobrevive é o de Dião Cássio, escrito por volta da metade do século III. Dião seguramente usou fontes primárias, mas nossa inevitável dependência com relação à sua versão é obviamente insatisfatória, da mesma forma que nossa dependência de Virgílio e Horácio no tocante a boa parte da ideologia de Augusto e de seus amigos e seguidores.

A situação tampouco se altera de maneira significativa se nela introduzimos a discussão dos documentos escritos. Por mais numerosos que eles pareçam ser, constituem uma seleção aleatória tanto em termos de tempo quanto de espaço, e amiúde falta-lhes um contexto significativo. É difícil exagerar. Não consigo imaginar uma cidade, região ou “país”, ou uma instituição da Antiguidade (com duas exceções correlacionadas às quais voltarei em breve), sobre os quais seja possível escrever uma história sistemática que abranja um substancial período de tempo. Alguns inciden-

tes individuais podem ser apresentados historicamente, talvez até algo da escala da conquista da Gália por César, mas nada além disso. Essa é a triste consequência de nossa escassez de fontes históricas primárias. A menos que algo tenha sido captado por um relato histórico mais ou menos contemporâneo, a narrativa fica perdida para sempre, independentemente de quantas inscrições e papiros possam ser descobertos. Basta lembrar a história de Atenas e do Império Ateniense durante os quase cinquenta anos que se estendem entre as guerras persas e as do Peloponeso, um período rico em testemunhos epigráficos, mas sobre o qual Tucídides preferiu não escrever um relato sistemático. Não podemos sequer datar algumas das batalhas que Tucídides obviamente julgava importantes.

As exceções estão, por um lado, na história das idéias, especificamente na história da filosofia e da ciência, da retórica, da poesia e da historiografia, e, por outro lado, da história da arte e da tecnologia. Na primeira, a distinção entre fontes literárias e documentais perde a maior parte de seu significado; na segunda, as “fontes documentais” constituem os próprios objetos. Existem sérias lacunas, sobejamente conhecidas para que as enumeremos, e também outras dificuldades, que surgem, por exemplo, de nossa incerteza quanto à adequação das amostras sobreviventes; contudo, têm sido escritas histórias razoáveis desses temas. Por outro lado, a falta de fontes primárias referentes a longos períodos de tempo e à maior parte das regiões do Mediterrâneo cria um bloqueio não só para a narrativa, mas também para a análise das instituições. Existem períodos e locais a respeito dos quais possuímos um considerável conhecimento, não apenas com relação às instituições mas também à detalhada narrativa da história política, de suas guerras e diplomacia, do processo de governo, e assim por diante — por exemplo, Atenas na última parte do século V e

boa parte do IV a.C., o último século da República Romana e os primeiros dois séculos do Império. Entretanto, essa situação ideal não nos deve ocultar a inadequação, amiúde a inutilidade, dos testemunhos disponíveis referentes ao resto da Grécia, fora Atenas, à República Romana antes dos Gracos, à maioria das províncias romanas durante a maior parte de sua história. Mesmo no tocante à história política, existem grandes lacunas nos períodos por nós mais conhecidos, como fui levado a confessar repetidas vezes em meu livro *Politics in the Ancient World* (Política no Mundo Antigo): basta mencionar nossa ignorância fundamental de como funcionava a *comitia tributa*, e esse era o principal órgão legislativo da República Romana desde o início do século III a.C. e a arena em que atuavam os tribunos. Um fator complicador a reforçar o quadro negativo que estou esboçando é a natureza aleatória da documentação que chegou até nós, em grande parte um material desconexo e desligado de um contexto mais amplo; embora ilustrativo, esse material não é nem serial nem sinótico.

Ao fim e ao cabo, não é de surpreender que os estudantes universitários de história, com algum conhecimento de fontes referentes à, digamos, Inglaterra dos Tudor ou à França de Luís XIV, achem a história antiga um “tipo engraçado de história”. A inevitável dependência dos poemas de Horácio como fonte de informação sobre a ideologia augustana, ou da *Eumênides* de Ésquilo para conhecermos o momento decisivo da história ateniense, quando se dava um passo adiante em relação ao que conhecemos como a democracia de Péricles, ajuda a explicar esse “engraçado”. Mas a estranheza vai muito além disso, estendendo-se até os próprios historiadores que se ocupam da Antiguidade, particularmente no tocante a duas de suas características mais difusas: a extensa citação direta de discursos e a escassez de referências (à parte as citações) a documentos reais, públi-

cos ou privados. Os discursos são, para nós, um fenômeno extraordinário e produzem incríveis reações entre os comentadores modernos. Temos poucas razões para considerar os discursos como algo inventado pelos historiadores, não só devido à sua linguagem precisa, mas também à sua substância. Com certeza era assim que eram entendidos na Antiguidade: testemunho disso é a longa discussão presente no ensaio de Dionísio de Halicarnasso sobre Tucídides (cap. 34-48); Dionísio foi um dos argutos e eruditos críticos da Antiguidade e, também, um prolífico escritor de discursos, reunidos nos múltiplos volumes de sua *Antiguidades Romanas*.

Os escritores modernos vêm-se às voltas com dificuldades. A posição de Dionísio de Halicarnasso não só parece imoral — já se afirmou que deveríamos ver Tucídides como “cego e desonesto”<sup>11</sup> —, mas, o que é ainda pior, devemos levar seriamente em consideração a necessidade de abrir mão das passagens mais interessantes e sedutoras de Heródoto, Tucídides, Políbio, César, Salústio, Lívio, Tácito, Dião Cássio e outros, como fontes primárias ou secundárias. Não há escolha: se as substâncias dos discursos ou mesmo sua forma não são autênticas, então não podemos legitimamente afirmar que Péricles disse à assembléia dos atenienses em 430 a.C. que seu império “é como uma tirania: é aparentemente injusto aceitá-la, mas perigoso renunciar a ela” (Tucídides 2.63.2). Não tenho nenhuma idéia do que Péricles disse nessa ocasião, mas o mesmo acontece com os inumeráveis historiadores que repetem o discurso que acabei de citar. Com exceção de Tucídides, e talvez de Políbio, não existe mais nenhum argumento sério, embora a relutância em aceitar as conseqüências se faça evidente em todos os lados, quase sempre com distorções extremas, como a “demonstração” de que Tucídides podia ter obtido informações precisas e autênticas para todos os seus discursos.

sos, inclusive para o Diálogo Meliano<sup>12</sup>, ou como a descoberta de que existem “dois tipos de veracidade: uma de circunstância, outra de perspectiva e atitude”<sup>13</sup>.

Não creio que seja possível “salvar” nem mesmo Tucídides, uma vez que se afirma tratar-se de uma questão de honestidade, de moralidade, em termos do século XX. Afinal de contas, não pode haver dúvidas de que, em inúmeras ocasiões, Tucídides simplesmente registrava que uma figura política, um comandante militar e até mesmo um determinado grupo de pessoas adotavam uma determinada maneira de agir como consequência de uma determinada idéia, opinião ou julgamento, quando, na melhor das hipóteses, se tratava da conclusão do próprio historiador com relação às razões que levaram a essa maneira de agir, uma inferência que remonta da ação ao pensamento<sup>14</sup>. Esta é uma das muitas fórmulas surpreendentes por ele adotadas: “Depois de fazer este discurso, Brásidas começou a retirar seu exército, e os bárbaros, vendo isso, aproximaram-se, gritando com grande alarido, achando que ele estava fugindo e que deviam capturá-lo e destruí-lo” (4.127.1). Devemos acreditar que Tucídides estava consciente da impostura ao escrever essas mesmas sentenças inúmeras vezes, ou ao escrever todos os seus discursos em seu próprio estilo, quando tinha interlocutores que replicavam a outros discursos por eles possivelmente desconhecidos, como sucedeu quando inventou o Diálogo Meliano<sup>15</sup>?

É um lugar-comum repetido até a exaustão afirmar que os discursos, nos historiadores da Antiguidade, representam “uma convenção há muito estabelecida” que “lembra a longa associação da historiografia, desde os seus inícios, com a poesia épica e o drama”<sup>16</sup>. Não há dúvidas quanto a isso, mas nenhuma convenção é inalterável e, se essa sobreviveu por mil anos ou mais, é insustentável afirmar que todo escritor era indiferente ao fato de ser um falsificador, tanto mais gri-

tante quanto mais ele insistia, junto com Tucídides e Políbio, em que um historiador tinha a obrigação de contar apenas a verdade. Tucídides devia ter algo mais em mente do que apenas o simples logro de seus leitores, quando, na breve descrição do método em seu primeiro livro, escreveu a impressionante sentença (1.22.1) que afligiu os comentaristas por cerca de dois séculos, sem qualquer perspectiva de resolução das dificuldades: meu método “ao mesmo tempo que se atém o mais possível ao sentido geral das palavras que são realmente pronunciadas, tem sido fazer com que os oradores digam aquilo que, em minha opinião, é pedido por cada situação”. Partimos de uma premissa errônea ao admitir que os gregos e romanos consideravam o estudo e a escritura da história da mesma forma que o fazemos hoje<sup>17</sup>. Collingwood sugeriu uma premissa alternativa ao escrever uma página angustiada sobre as falas em Tucídides:

“O costume embotou nossa suscetibilidade; mas perguntemos um instante a nós mesmos: será que um homem justo, com uma mentalidade realmente histórica, ter-se-ia permitido o uso de tal convenção? ... Não fica claro que o estilo trai a falta de interesse quando se pergunta o que um determinado homem realmente disse em uma determinada situação?... Não me parecem que os discursos sejam história, mas sim comentários de Tucídides sobre os atos de seus oradores, uma reconstituição feita por Tucídides de seus motivos e intenções..., uma convenção característica de um autor cuja mente não podia se concentrar totalmente nos próprios fatos, mas que se afasta constantemente deles para uma espécie de lição que se esconde por trás deles, uma espécie de verdade imutável e eterna da qual os eventos são, platonicamente falando, *paradeigmata* ou *mimemata*.”<sup>18</sup>

Também não constituía um hábito evidente dos historiadores antigos parafrasear ou, ainda mais raramente, ci-

tar um documento<sup>19</sup>. Tucídides omitiu de maneira notória qualquer referência a documentos na definição de seu método (1.22), fazendo uso declarado deles em apenas um pequeno número de vezes, muito embora demonstrasse, num contexto que era essencialmente irrelevante para sua história, o que se podia fazer para se obter testemunhos através da inferência lógica de duas breves inscrições (6.55). Parte da explicação para a indiferença universal dos historiadores gregos e romanos pelos documentos jaz na escassez destes e no estado rudimentar dos arquivos<sup>20</sup>. Os modernos historiadores lembram constantemente a si mesmos que a papelada pela qual estão cercados nem sempre foi produto “natural” do comportamento humano. Na longa história do mundo greco-romano, a documentação maciça caracterizou apenas a sociedade peculiar do Egito e, de maneira muito limitada, as cortes imperiais do final do Império Romano.

Os registros e os documentos, a manutenção dos registros e os arquivos constituem uma função da sociedade que os produz e preserva, ou que deixa em grande parte de fazer uma dessas duas coisas<sup>21</sup>. A psicologia e as necessidades da burocracia ptolomaica no Egito tinham pouco em comum com as da Grécia Clássica ou de Roma. Na geração que se seguiu à iniciativa de Aristóteles de coletar e publicar de maneira séria vários registros públicos, Crátero, um de seus discípulos macedônios, publicou um conjunto de decretos atenienses em talvez nove livros<sup>22</sup>. O livro 2 chegava até a metade do século V a.C., assim indicando a escassez de documentos primitivos por ele localizados; e a infreqüência de usos identificáveis de sua coleção nos séculos posteriores (exceto em confusas questões de lingüística e geografia) sugere a ausência de um grande interesse pelo que poderíamos considerar um instrumento inestimável para o estudo da história. Quanto a Roma, pouco mais de uma

centena de leis de domínio público, as *senatus consulta*, “decretos” imperiais e editos magistráticos estão hoje à nossa disposição, recolhidos em todo o território sob o domínio romano até Constantino<sup>23</sup>. E foi só durante o primeiro consulado de César, em 59 a.C., que as *acta* do Senado foram registradas e tornadas públicas (Suetônio, *Caesar* 20.1). Antes disso, apenas a essência das decisões, as *senatus consulta*, era registrada por escrito.

Em resumo, a invenção decisiva da escrita foi seguida durante séculos pela sobrevivência de uma sociedade analfabeta e de expressão basicamente oral. O homem pode servir-se razoavelmente bem, em uma sociedade pré-industrial, com pouco ou nenhum uso da palavra escrita. Assim, quando os homens passaram a escrever a história de seu mundo, grego ou romano, viram-se às voltas com grandes lacunas na informação sobre o passado por eles herdada, ou, o que é ainda pior, com grande quantidade de “dados” que incluíam ficção e semificação misturadas aos fatos. É por isso que os modernos historiadores, sempre pouco dispostos a admitir uma derrota, procuram resgatar, para preencher uma lacuna, a tradição (ou a tradição oral), atribuindo-lhe um rótulo positivo<sup>24</sup>. Poucos antropólogos encaram as tradições invariavelmente orais dos povos por eles estudados com a mesma fé dos estudiosos de história antiga. A transmissão oral, ao longo de muitas gerações, de informação detalhada sobre eventos ou instituições do passado que não são mais essenciais ou mesmo significativos para a vida contemporânea invariavelmente implica perdas consideráveis e irrecuperáveis de dados, ou combinação de dados, manipulação e invenção, por vezes sem qualquer razão aparente, e amiúde por razões perfeitamente compreensíveis. Com o passar do tempo, torna-se absolutamente impossível controlar qualquer coisa que tenha sido transmitida, quando não se dispõe de nada escrito com que se possa confirmar

as declarações a respeito do passado. Mais uma vez, suspeitamos da presença de uma opinião velada de que os gregos e romanos são de certa forma privilegiados, embora ninguém tenha até agora demonstrado um mecanismo plausível para a transmissão oral de informações precisas durante um período que se estende por vários séculos (por exemplo, da Grécia Arcaica até Pausânias, no século II d.C., ou dos reis romanos até Dionísio de Halicarnasso, no final do século V a.C.). Afinal de contas, foi em uma era de largo emprego da escrita que a nobreza romana conseguiu exibir genealogias fraudadas, isto é, no final da República<sup>25</sup>, ou que Tácito, Suetônio e Dião Cássio, todos com acesso aos escritos contemporâneos, embaralharam de tal forma o relato do grande incêndio de Roma em 64 d.C., que ninguém foi até agora capaz de explicá-lo de maneira satisfatória<sup>26</sup>.

É verdade que o que chamamos de “tradição literária é um rótulo inadequado para um conglomerado muito complexo de dados”, que inclui informações lingüísticas e sobre as práticas religiosas, as leis e as instituições políticas, bem como a narrativa de guerras, conspirações e diplomacia<sup>27</sup>. Entretanto, a narrativa é a rainha da tradição; sem ela, muitos dos outros dados seriam ininteligíveis. Por exemplo, como devemos aplicar à história dos inícios de Roma o fato de ter havido uma estreita afinidade entre o latim e várias outras línguas itálicas faladas no Lácio ou em torno dele? O que isso nos diz sobre os romanos e os volscos, ou sobre os romanos e os sabinos, sem os indícios supostamente enraizados na tradição literária? Não existe nenhuma garantia de que a tradição não tenha surgido precisamente com o objetivo de explicar um dado lingüístico, religioso ou político; em outras palavras, a tradição não é uma invenção etiológica — o rapto das sabinas, por exemplo.

A situação não se mostra fundamentalmente diferente com relação à primitiva lei romana, a despeito da sobrevi-

vência de fragmentos substanciosos das Doze Tábuas no século V, escritas em um latim clássico facilmente traduzível. O que, por exemplo, significa a seguinte sentença extraída das Doze Tábuas: “Patronus si clienti fraudem facerit, sacer esto”? Se, para a resposta, tivéssemos de nos basear apenas nas Doze Tábuas, deveríamos dizer que não temos qualquer idéia quanto ao significado. Conquanto possuamos a tradição literária, que se refere a clientes, a resposta é, ainda, que desconhecemos o significado, mas contamos com várias explicações diferentes e incompatíveis entre si, datadas de muitos séculos posteriores. Estas explicações, porém, são dignas de crédito, pois também desconheciam e eram incapazes de diferenciar a primitiva clientela da instituição conhecida como tal em seu próprio tempo. Na verdade, elas não viam qualquer necessidade de uma diferenciação séria: os romanos, como os gregos, “modernizavam-se continuamente” em suas tentativas de lidar com suas próprias instituições e comportamentos arcaicos<sup>28</sup>.

E por que não? Uma vez que lhes faltava um “quadro conceitual” para o entendimento dessas instituições e das mudanças sociais de longo alcance<sup>29</sup>, seus historiadores não podiam estabelecer suas próprias noções de dados, inclusive documentos, que eram descobertos por seus antiquários; tampouco podiam estabelecer a confiabilidade desses dados. Mesmo nós, a quem não faltam conceitos, e uma longa experiência com técnicas de avaliação e interpretação, temos graves dificuldades no trato dos períodos para os quais os testemunhos derivam em grande parte da tradição oral e para os quais existem pouquíssimos documentos, essencialmente ininteligíveis<sup>30</sup>. Alguns dos supostos dados constituem patente ficção, como, por exemplo, a unificação política da Ática por Teseu ou a fundação de Roma por Enéias; mas logo refutamos essas ficções facilmente identificáveis. Para o grande núcleo da narrativa, temos diante de nós o

“cerne da verdade”, ou seja, a *possibilidade*, e desconheço qualquer estigma que faça a distinção automática entre a ficção e o fato. A narrativa, como é apresentada por Lívio ou Dionísio (aos quais podemos acrescentar as vidas de Plutarco referentes a Teseu, Licurgo ou Sólon), “deve ser implacavelmente esmiuçada para que encontremos sinais de anacronismo ou embelezamentos”, escreve Ogilvie<sup>31</sup>. Entretanto, em uma obra anterior, Ogilvie já havia levantado dúvidas quanto a esse procedimento, ao observar que “a busca de anacronismos ou referências contemporâneas” nas fontes de Lívio datadas do final da República e referentes ao período primitivo “é algo peculiarmente arriscado e imprófico, uma vez que toda alusão cesariana, depois de examinada, acaba por se revelar igualmente mariana ou sulana”<sup>32</sup>. A única esperança é um uso atento e criterioso dos modelos explicativos (dos quais nos ocuparemos nos capítulos 4 e 5). Sem um esquema teórico de base conceitual, o testemunho escasso e duvidoso se presta à manipulação em todos os sentidos, sem qualquer tipo de controle<sup>33</sup>.

Já é tempo de voltar a meu assunto inicial: o lugar do indício arqueológico no quadro total de material-fonte disponível hoje ao estudioso de história antiga<sup>34</sup>. A arqueologia parece estar em tumulto. Em uma compreensível reação à “história falsificada” produzida por gerações anteriores de antropólogos e arqueólogos, um grande segmento dos estudiosos da pré-história, há mais ou menos duas décadas, tem clamado por um esforço em se definir a arqueologia “como uma disciplina em si, preocupada com os dados arqueológicos, que reúne em entidades arqueológicas que adotam certos processos arqueológicos e que são estudados em termos de objetivos, conceitos e métodos arqueológicos”<sup>35</sup>. O clamor global por uma “nova arqueologia” tem sido contestado dentro e fora da área dessa disciplina<sup>36</sup>. Apesar disso nenhum estudante bem-intencionado pode ignorar o tra-

balho dos discípulos da “nova arqueologia” no âmbito da pré-história ou da história do Oriente Próximo; mas, na arqueologia clássica, a herança de Winckelmann, com seu misto de caça ao tesouro e uma antiquada história da arte, ainda conserva um número considerável de seguidores, dominando alguns setores, afetando e restringindo o trabalho arqueológico desde a escolha inicial dos lugares de escavação até a análise final dos achados<sup>37</sup>. Em 1973, o então leitor e hoje professor de arqueologia clássica da Universidade de Oxford iniciava um artigo-crítica com as seguintes palavras: “Um confronto entre a nova arqueologia e a Grécia Clássica ainda está por acontecer, e talvez nunca aconteça uma vez que o arqueólogo clássico se apóia em uma formação literária completa e informativa, bem como na história da arte, o que as contribuições das novas técnicas nunca conseguirão igualar, fazendo com que os que as praticam normalmente se mostrem ineficazes, a não ser na detecção de falsificações.”<sup>38</sup>

Bem, os arqueólogos clássicos que se ocupam da Bretanha Romana não dispõem de nada que se assemelhe a uma formação literária completa e informativa ou de uma grande arte a que se apegar; assim, eles se voltam para a “arqueologia de povoamento” e outros aspectos similares da “nova arqueologia” dos estudiosos da pré-história, embora em seus próprios termos, e não como discípulos desses estudiosos. Por volta da década de 1950, estudos comparativos foram desenvolvidos por arqueólogos trabalhando na Itália, do porte de um Frank Brown, da Academia Americana de Roma, e um John Ward-Perkins, da Escola Britânica, para mencionarmos apenas duas das principais figuras em língua inglesa, enquanto que a escola autóctone de Bianchi Bandinelli deflagrava um ataque em larga escala à posição agora representada por Boardman. A arqueologia grega estava reconhecidamente atrasada, mas agora está se

desenvolvendo com rapidez<sup>39</sup>. Em suma, o tumulto e a polémica também se estenderam à arqueologia clássica, e o debate atinge o estudo da Antiguidade em um ponto vital: a qualidade e a utilidade das fontes (as que decididamente não são falsificações, nem preciso acrescentar).

Por mais bem-vindo e realmente essencial que o atual debate possa ser, parece-me que é, em parte, mal direcionado. Para começar, acredito que seja falso falar da relação entre a história e a arqueologia. Não estão em questão duas disciplinas qualitativamente distintas, mas dois tipos de testemunhos relativos ao passado, dois tipos de testemunhos históricos<sup>40</sup>. Portanto, não pode haver dúvida quanto à prioridade geral ou à superioridade de um tipo de testemunho sobre o outro; tudo depende, em cada caso, do tipo de testemunho disponível e das questões particulares a serem respondidas.

Existem contextos em que os dois tipos de testemunhos têm de se combinar de maneira tão estreita, que nenhum dos dois será de grande utilidade sem o outro. Como exemplos, cito o recente trabalho do Instituto Finlandês sobre as marcas em tijolos romanos e o de Garlan sobre as marcas em ânforas de Tasos<sup>41</sup>. Em nenhum dos dois exemplos os trabalhos por mim mencionados exemplificam os “objetivos, conceitos e métodos arqueológicos” proclamados pela “nova arqueologia”. Os tijolos romanos e as ânforas, enquanto objetos, nos dizem pouco por si mesmos e fornecem dados insuficientes para a escolha entre possíveis explicações históricas, enquanto que os símbolos e palavras abreviadas neles inscritos são similarmente ambíguos ou inconclusivos, sem uma cuidadosa análise quantitativa tanto dos dados inscritos quanto dos achados de sítios arqueológicos<sup>42</sup>.

Sem dúvida, esse tipo de situação simbiótica é excepcional. Mais comumente, os dois tipos de testemunhos se

complementam de uma forma ou de outra. E, por vezes, parecem ser mutuamente inconsistentes ou estar em conflito direto. Então, um dos dois deve ceder lugar ao outro; normalmente (*mas nem sempre*) quem o cede é o testemunho escrito, a menos que se possa ter certeza de que tanto os textos quanto os objetos arqueológicos tenham sido entendidos corretamente, o que não é necessariamente uma conclusão fácil ou segura. Por exemplo, depois de se descobrir que muitas ânforas do tipo Baldacci III, relacionadas com Dressel 6, eram originárias da Ístria, região identificada por Plínio (*História Natural* 15.8) como importante centro produtor de azeite, conclui-se que se tratava de recipientes para azeite, principalmente porque, em sua discussão sobre os vinhos, Plínio havia reunido os do Norte da Itália sob o título de *reliqua* (14.67). Entretanto, hoje está claro que Plínio não falava no sentido quantitativo e que a cerâmica do tipo Baldacci III continha vinho, e não azeite<sup>43</sup>. Por outro lado, o desaparecimento, por volta da época de Trajano, do tipo Dressel 2-4, que fora por muito tempo o padrão italiano para os recipientes de vinho, levou à conclusão de que a exportação italiana de vinhos conheceu um final abrupto nessa época. Entretanto, os repetidos e circunstanciais testemunhos escritos, notoriamente os de Galeno e Frontão, referentes à contínua popularidade do famoso vinho falerniano da Campânia, no final do século II, não podem ser postos de lado; portanto, devemos concluir que a mudança nos recipientes ocorreu na época de Trajano, ou antes dela, embora ainda não tenhamos sido capazes de identificar a substituição pelo tipo Dressel 2-4<sup>44</sup>. Essa é a explicação recentemente proposta por André Tchernia; embora não haja até agora uma confirmação, ela é corroborada pela descoberta (em grande parte ainda não publicada), nas águas costeiras de Civitavecchia e da Toscana, de grandes recipientes para líquido conhecidos como *dolia*, com até 1,65 m de altura e 0,82 m de diâmetro máximo<sup>45</sup>.

Por razões inerentes à nossa história intelectual, os estudiosos de história antiga são amiúde seduzidos por duas proposições não expressas. A primeira é a de que as informações das fontes literárias ou documentais devem ser aceitas, a menos que possam ser refutadas (para a satisfação do historiador individual). Essa proposição deriva da posição privilegiada do grego e do latim, e é especialmente inaceitável com relação aos períodos primitivos das histórias grega e romana, em que abundam os testemunhos arqueológicos (que a cada dia se tornam proporcionalmente ainda maiores) e em que a tradição literária, longe de ser desprezível em termos quantitativos, é particularmente suspeita<sup>46</sup>. A segunda proposição é a de que a questão histórica mais persistente que se possa formular a respeito de um achado arqueológico é: ele corrobora ou desmente a tradição literária? Essa abordagem dá prioridade automática aos testemunhos escritos e, por exemplo, na história da Roma primitiva, levou a pretensões otimistas de apoio arqueológico à tradição literária, com base em testes altamente seletivos. Podemos ler em toda parte que a arqueologia agora “confirma, na essência, o testemunho da tradição analítica”<sup>47</sup>. Em uma variante sofisticada, a argumentação é de que, uma vez que a história era apenas uma narrativa (*événementielle*), a visão hipercrítica da tradição compreensivelmente se impôs. Mas, ao voltar as atenções para uma história mais sociológica, para novas técnicas arqueológicas e para um estudo renovado da topografia e da história da construção da cidade de Roma, ela confirma as principais linhas institucionais e cronológicas da tradição ao longo de um extenso período de tempo (*dans la longue durée*), dado o notório conservantismo dos romanos<sup>48</sup>.

Isso me deixa intrigado. A tradição referente à Roma primitiva é quase inteiramente de uma narrativa, de uma *histoire événementielle*, e assim permanece até hoje, embora

alguns dos historiadores atuais tenham mudado de interesse. A confirmação que agora está sendo proclamada demonstra-se, na verdade, extremamente restrita. É uma importante descoberta a de que as antigas construções do Fórum podem agora ser identificadas *in loco*, mas isso não significa uma confirmação da atribuição tradicional de determinados edifícios a determinados reis, atribuição que é amiúde cronologicamente impossível. Hoje, existem testemunhos referentes ao mito de Enéias e até mesmo ao culto de Enéias na Itália Central que remontam ao século VI a.C., mas até agora nenhum desses testemunhos se referem à própria Roma<sup>49</sup>. Portanto, não é de surpreender que os melhores relatos modernos tenham-se desviado da questão das origens de Roma para a área não menos interessante, embora totalmente diferente, da história intelectual e ideológica da República Romana<sup>50</sup>. Quanto às relações, no “período régio”, entre Roma e seus vizinhos, existe uma imensa inconsistência entre o relato escrito e o que os arqueólogos têm desenterrado<sup>51</sup>. Basta lembrarmos Sático, povoado latino situado a cinquenta quilômetros ao sul de Roma, em uma área de contínuo conflito com os volscos, mencionado pela primeira vez por Dionísio de Halicarnasso (5.61.3) em 496 a.C., embora se saiba que, por essa época, o povoado já era, há mais de um século, um dos principais centros do Lácio, com um importante templo da Mater Matuta itálica<sup>52</sup>.

Duas décadas de intensa pesquisa sobre a Roma primitiva culminaram no beco sem saída de Sático, sugerindo que o estudioso de história antiga interessado em avaliar suas fontes deveria deslocar seu interesse para outra parte. Em vez disso, consideremos os mais numerosos de todos os objetos arqueológicos, de um tipo que vem sendo estudado com particular cuidado e sofisticação nos últimos anos, tanto em terra quanto nos navios naufragados: a cerâmica, prin-

principalmente de uso diário — recipientes, material de mesa e cozinha, vasilhas para cozinhar, lâmpadas —, e não os objetos finamente decorados que monopolizaram a atenção dos estudiosos até recentemente, dando lugar à ilusão de que, de certa forma, representavam a principal parte da produção greco-romana de cerâmica. A cerâmica utilitária sem decoração pode ser, e foi, produzida em todas as partes do mundo, com literalmente milhares de peças a cada ano, e seus fragmentos surgem em grande número todos os anos, em todos os lugares. A maior parte dessa cerâmica é “rigorosamente anônima”, especialmente as peças de mais vasta difusão, indo do tipo *bucchero* e de Corinto do final do período arcaico, passando pela cerâmica ática de vidro negro e pelo tipo campaniano A, até a cerâmica romana do período imperial<sup>53</sup>. O silêncio dos potes é acompanhado pelo silêncio quase total das fontes literárias e epigráficas: “A cerâmica romana é, em certo sentido, pré-histórica.”<sup>54</sup> É difícil imaginar um melhor teste para a disposição mútua e os limites dos dois tipos de testemunhos.

O volume de publicações, nas três últimas décadas, sobre a cerâmica romana — à qual dedicarei atenção exclusiva — tornou-se quase incontrolável<sup>55</sup>, tratando especialmente tanto da tipologia e da cronologia, bases de todo estudo sistemático, como da tecnologia e dos aspectos econômicos. Muito já se aprendeu: que o centro de distribuição era local; que o transporte em longas distâncias era predominantemente aquático (pelo mar ou rios navegáveis); que os grandes recipientes, as ânforas, eram modelados para se acomodar aos grandes navios e constituíam a carga que determinava a seleção de rotas e portos de desembarque; que outros objetos de cerâmica — utensílios de mesa, vasilhas para cozimento, lâmpadas —, também embarcados em grandes quantidades, eram “parasitas” dos grandes recipientes em termos de ocupação de espaço; e assim por diante. Com ex-

ceção dos testemunhos, fornecidos pela cerâmica, da prática de se embarcar a mercadoria de um certo número de fabricantes ou mercadores em um único navio, quase tudo o mais que sabemos provém dos próprios objetos, sem a ajuda de textos escritos de qualquer tipo.

Mas persiste, até hoje, uma grande deficiência. Ao discutir a incrível difusão por toda a bacia do Mediterrâneo de artigos de cerâmica de todo o tipo provenientes do Norte da África, prática que teve início por volta da metade do século II d.C. e prosseguiu, sempre com crescente vitalidade, até praticamente o final da Antiguidade — fenômeno nem sequer mencionado pela literatura que chegou até nós —, Carandini escreveu: “Mas ainda não conseguimos (até o momento) obter desses mesmos produtos o mais precioso dos segredos — o ‘modelo social’ em que foram produzidos.”<sup>56</sup> Com exceção do otimista “até o momento”, essa avaliação é compartilhada pelos melhores estudiosos de cerâmica romana, seja ela italiana, gaulesa ou norte-africana<sup>57</sup>.

Para começar, não foram identificados muitos locais de queima de cerâmica e um número ainda menor foi sistematicamente pesquisado<sup>58</sup>. Em segundo lugar, desconhecemos os fabricantes de cerâmica e a mão-de-obra por eles empregada, com exceção de um número relativamente pequeno de casos em que as marcas das ânforas indicam a presença ou a ausência de escravos entre a força de trabalho. Nossa ignorância a esse respeito inclui aspectos centrais, como a relação entre, de um lado, os oleiros e a cerâmica e, de outro, a propriedade da terra (inclusive dos depósitos de argila), os homens envolvidos nessa atividade, ou as “filiais” em outras localidades. As possibilidades são numerosas e intrincadas, muito mais, acredito eu, do que as especulações a nós permitidas pela literatura atual. Isso é demonstrado de forma decisiva pela publicação, em 1981, de três papiros

provenientes de Oxirinco, datados da metade do século III d.C.<sup>59</sup> Trata-se de contratos de arrendamento por dois anos das olarias localizadas em grandes propriedades do distrito (frase usada no texto), em que os arrendatários, que se identificam como “oleiros que fazem jarras de vinho”, comprometem-se a produzir a cada ano, respectivamente, 15.000, 24.000 e 16.000 jarras com a capacidade de quatro *kbous*, pelo que deviam receber 32 dracmas de cada 100 nos dois primeiros casos, e 36 de cada 100 no terceiro. Também se comprometem a produzir um pequeno número de jarras de dois e oito *kbous*, a ser pago em jarras de vinho ou em lentilha. Os proprietários devem fornecer as olarias, o equipamento e a matéria-prima; os oleiros entram apenas com a força de trabalho (não especificada). Em dois dos casos (os não publicados), outros testemunhos reforçam a idéia de que os proprietários de terra eram pessoas de consideráveis posses<sup>60</sup>.

Que eu saiba, essa possibilidade foi ignorada pelas especulações sobre o *status* dos oleiros e das olarias. Não estou sugerindo que os arrendamentos de Oxirinco representem um método comum de se pôr em prática a produção de cerâmica no mundo romano (embora não veja maneira de demonstrar que ele fosse incomum). Eu simplesmente desejo deixar claro que os testemunhos arqueológicos ou a análise arqueológica, *por si mesmos*, possivelmente não conseguem pôr a nu a estrutura legal ou econômica revelada pelos papiros de Oxirinco ou pelas estruturas alternativas de Arezzo, Puteolli, Lezoux ou do Norte da África. A explosão de retórica polêmica com que Carandini encerra seu levantamento da história da cerâmica norte-africana nos últimos séculos da Antiguidade<sup>61</sup> serve apenas para desviar a atenção da ausência de dados sobre o “modo social de produção” dessa cerâmica e, em minha opinião, a impossibilidade de um dia se preencher a lacuna de nosso conhecimento

apenas através do testemunho arqueológico. Passo a citar, e não pela primeira vez em minha vida, Stuart Piggott:

“A tecnologia é algo que pode ser iluminado pelo testemunho arqueológico direto... e, a partir daí, ... podemos passar a inferir parte da economia de subsistência e do homem como parte do sistema ecológico que o cerca. Mas, se tentamos inferir esses tópicos como parte da estrutura social ou, no sentido mais amplo, das práticas religiosas, o testemunho arqueológico se torna quase totalmente ambíguo.”<sup>62</sup>

Essa “doutrina severa”, como a ela certa feita se referiu Piggott de forma não muito séria<sup>63</sup>, permanece inaceitável para os que se mostram dispostos a chamar a Tróia II de “urbana” (ou pelo menos de “proto-urbana”) no início da Idade do Bronze, quando sua área alcançava apenas cerca de dois acres<sup>64</sup>. “É uma simples questão de definição de termos”, escreveu Renfrew, e Guidi, diretamente inspirado por essa concepção ferozmente reducionista, datou a fase proto-urbana de Roma do final do século IX a.C.<sup>65</sup> É duvidoso que essa tipologia seja de grande utilidade para o historiador: a definição crítica dos termos não é uma coisa que se alcance de modo tão “simples”<sup>66</sup>. O estudo das ânforas é hoje, basicamente, o estudo da produção e do comércio, e os testemunhos por elas fornecidos, como se concluiu recentemente, “só podem ser adequadamente avaliados dentro do contexto do que conhecemos sobre o sistema de mercado a partir da literatura, da epigrafia e das fontes legais, estas ainda não totalmente utilizadas”<sup>67</sup>. Devo dizer que não vejo qualquer razão para que se distingam os “testemunhos” fornecidos pelas ânforas e o “contexto do que conhecemos” de outros tipos de fontes. No fim das contas, o que os une é o quadro conceitual a partir do qual o historiador trabalha, um quadro que, como vimos antes, faltava ao historiador antigo para a investigação que agora nos preocupa, e que os historiadores de hoje possuem sobejamente.